

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E POSGRADUAÇÃO
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PRESENCIAL *LATO SENSU*

I. Identificação do Curso
Nome: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL, <i>modalidade a distância</i>
Centro(s) proponente(s): Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT
Nome do coordenador: Luciano Simões de Souza Titulação: Mestre [] Doutor [x] Identificação Única
Área Básica: 6.00.00.00-7 Ciências Sociais Aplicadas 7.00.00.00-0 Ciências Humanas
Período previsto para início do curso : 2024.2
Forma de Ingresso: (x) Anual () Semestral
Número de vagas: 100
Turno de Funcionamento: (x) Matutino (x) Vespertino () Noturno
Tempo de Integralização (Meses): Mínimo 18 meses Máximo 24 meses
Regime de Matrícula: (X) Semestral () Anual
Carga horária total: 391h
Documentos exigidos para a apresentação da proposta.
<ul style="list-style-type: none"> ● Ata do Conselho do Centro que aprovou a realização do Curso com a indicação do Coordenador e Coordenador Substituto; ● Cópia do Convênio e termos aditivos entre a UFRB e a Instituição ou Fundação parceira ● Regimento do curso; ● Comprovação da maior titularidade.
Perfil desejado dos candidatos (necessidade de graduação em áreas afins ou não)
O curso tem como público preferencial profissionais de nível superior com graduação em qualquer área que atuem no campo da política e da gestão da cultura (artistas, produtores culturais, gestores de ONGs, coletivos, associações e espaços culturais).
Serão selecionados 100 (cem) alunos de todo o território nacional.
Períodos de inscrição e seleção (critérios e requisitos para acesso e processo seletivo)
Período de inscrição: será realizada no primeiro semestre do ano de 2024, conforme cronograma da PPGCI para os cursos de pós-graduação Lato-sensu.
Critérios e requisitos para seleção: para se candidatar ao processo seletivo o candidato deverá ter concluído o curso de graduação e apresentar o Certificado de Conclusão ou Diploma, currículo (lattes ou vitae), uma carta de intenção, em que o candidato se manifeste quanto às razões de seu interesse pelo curso, e um Memorial em que

serão analisados a trajetória do candidatos e o indicativo de interesse no tema que deverá pesquisar durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Serão selecionados 100 (cem) alunos de todo o território nacional, distribuídos da forma apresentada abaixo, conforme alinhamento do Ministério da Cultura, o parceiro financiador:

- 40 vagas serão destinadas a candidatos/as das cinco regiões do Brasil, excluindo a Bahia, sendo oito por região;
- 50 vagas para a Bahia;
- 10 vagas para o Sistema MINC;

Serão adotadas reservas de vagas, conforme Resolução nº 033/2018 que dispõe sobre o sistema de cotas raciais para o acesso e outras políticas de ações afirmativas para a Permanência de estudantes Negras (os), Quilombolas, Indígenas, Pessoas Trans (Transgêneros, Transexuais e Travestis) e Pessoas com Deficiência em todos os Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Também serão contempladas reservas de vagas para Servidores Técnico-Administrativos do Quadro Efetivo da UFRB, em atendimento à Resolução 02/2009 do CONSUNI.

Documentos exigidos para inscrição

- Formulário de inscrições;
- Cópia de diploma de graduação;
- Currículo (lattes ou vitae);
- Carta de intenções;
- Memorial.

Condições de matrícula

Ser portador de diploma de curso superior em qualquer área. Ter sido aprovado no processo de seleção.

II. Histórico de atuação em pesquisa e atividades acadêmicas do(s) Centro(s) envolvido(s)

Apesar de ser um Centro relativamente recente, criado em 2013, o breve histórico do Cecult elucida o forte comprometimento do seu corpo docente com a pesquisa. O primeiro grupo de professores tomou posse em junho de 2014 e, logo no segundo semestre daquele ano, foram realizadas inúmeras discussões com o objetivo de constituir os grupos e as linhas de pesquisa que norteariam a produção científica do Centro. Atualmente o Centro conta com **26 grupos e um laboratório de pesquisa**.

Dentre os grupos de pesquisa vinculados à área de Política e Gestão Cultural, destaque-se as pesquisas desenvolvidas pelos grupos **Observatório da Economia Criativa-OBEC** (UFRB/UFBA), o **Coletivo de Gestão Cultural** (UFRB/UFBA) e o **LAB-Gestão** (UFRB). O OBEC desenvolve atividades formativas e projetos de pesquisa e extensão sobre a economia criativa em territórios, comunidades, redes, setores e circuitos criativos. Tem desenvolvido pesquisas com ênfase em sistematização e análise quantitativa e qualitativa de dados, incluindo o desenvolvimento de indicadores econômicos, sociais e culturais no campo da economia criativa. Já o Coletivo de Gestão Cultural se interessa em refletir sobre a gestão cultural em seus aspectos conceituais e práticos, especificidades, modelos e áreas de atuação, bem como interfaces com as políticas culturais e a produção artístico-cultural no contexto brasileiro e, em especial, baiano. O LabGestão é um projeto pesquisa ação participante que se volta para os processos de gestão cultural de instituições e coletivos da sociedade civil que desenvolvam projetos

voltados para a ampliação dos direitos culturais, sociais, políticos e econômicos de grupos sociais historicamente subalternizados, gerando impacto nos territórios os quais estão vinculados.

A despeito da diversidade de temas e abordagens, todos os grupos de pesquisa vinculados ao Centro possuem um traço em comum: a perspectiva de estudo eminentemente interdisciplinar, mantendo assim a coerência com os preceitos epistemológicos e teórico-conceituais que sustentam os projetos político-pedagógicos dos sete cursos de graduação que são ofertados pelo CECULT, a saber: Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult), Licenciatura em Música Popular Brasileira, Licenciatura Interdisciplinar em Artes, Curso Superior Tecnológico em Produção Musical, Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural, Curso Superior Tecnológico em Artes do Espetáculo, além das licenciaturas em EaD em Música Popular Brasileira e Interdisciplinar em Artes.

Além do mais, vários grupos também desenvolvem projetos de extensão, o que elucida as diferentes frentes de atuação dos pesquisadores, bem como o comprometimento em fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito da pós-graduação, o CECULT já ofertou quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*, a saber: “Cidadania e ambientes culturais”; “Educação, Cultura e Diversidades”; “Educação e Tecnologias Digitais (EduTec)” e duas turmas em “Política e Gestão Cultural”.

Outro fator contributivo para o fortalecimento da pesquisa no CECULT foram as três edições do Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo (ENICECULT), realizados em Santo Amaro, em 2017, 2019 e 2021, respectivamente. Em sua primeira edição, sob o tema “Diálogos Interdisciplinares”, realizados com subsídios da FAPESB, houve 340 participantes de diversos locais do Brasil e também do exterior. Além das redes estabelecidas com pesquisadores de outras localidades, e da publicação dos Anais do evento, o Centro obteve também a publicação de um livro referente ao evento, com capítulos dos pesquisadores convidados e com o registro do histórico do I ENICECULT (concepção, desafios, organização etc.). O referido livro intitulado “Diálogos interdisciplinares: intercâmbios e tensionamentos nos estudos de cultura e linguagens”, foi editado pela EdUFBA.

O II ENICECULT, sob o tema “Desafios interdisciplinares: trilhas da resiliência”, realizado em 2019, contou com 325 participantes, contemplando participações de pessoas de outras localidades do Brasil e do exterior. Também teve os Anais do evento publicado e reuniu os trabalhos completos apresentados durante o Encontro. Todos os trabalhos apresentados nos GTs e nos Simpósios, da I e II edição do evento, foram previamente aprovados pelo Comitê Científico, possibilitando relevantes ponderações relacionadas com o ensino na educação básica.

O III ENICECULT, realizado em 2021, no contexto da pandemia, aconteceu de forma remota. Teve como tema “Alteridades Possíveis” e objetivou colocar em debate a questão da outridade e sua relevância para a construção da interdisciplinaridade. Contou com conferências, sete mesas redondas e uma mostra de pesquisa artística estudantil.

Por meio das atividades aqui relatadas, nota-se o esforço do corpo docente do CECULT para construir uma política de pesquisa calcada essencialmente na interdisciplinaridade, de modo a envolver todos os seus atores no propósito de edificar um conhecimento verdadeiramente novo, alicerçado por princípios éticos e pelo diálogo incessante com o ambiente sociocultural mais amplo.

Adicionalmente, no tocante à modalidade da educação a distância (EaD) deve-se considerar que, na contemporaneidade, esta surge como uma modalidade educacional que atende de forma satisfatória às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças provocadas pelo fenômeno da globalização. Neste sentido, diante da possibilidade de ofertar a Educação a Distância para todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n. 9.394 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, posteriormente revogado pelo Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, definiu-se o conceito de educação a distância no Brasil, isto é, uma “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”. Ademais, este decreto possibilitou que instituições de ensino superior, credenciadas para a educação a distância, ofertassem cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância, sendo isso regulamentado pela Resolução CNE/CES n. 01 de 6 de abril de 2018,

ao estabelecer diretrizes e normas para a oferta dos cursos de cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

É neste contexto de crescente institucionalização da educação a distância na UFRB e ampliação do alcance da pós-graduação que está inserido o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural, modalidade a distância. Reconhece-se a necessidade de se expandir as possibilidades de oferecimento desta proposta inovadora por todo o território em que está inserida, sendo que as ferramentas das tecnologias digitais de informação e comunicação utilizadas no ensino a distância mostram-se propícias para tanto.

III. Justificativa (fundamentação para a oferta do curso)

O êxito da realização das duas edições da Especialização em Política e Gestão Cultural é uma das principais justificativas para dar continuidade ao curso. Na primeira edição, registrou-se uma demanda significativa, contando com a inscrição no processo seletivo de cinquenta e sete candidatos (57). Dos trinta (30) aprovados, vinte e nove (29) efetuaram matrícula. Ao longo do curso, foram registradas três (3) desistências, e dois (2) alunos foram desligados pelo número de faltas. Dos vinte e quatro (24) alunos que se mantiveram no curso, todos defenderam e foram aprovados no TCC.

Diante da emergência sanitária instaurada pela pandemia do COVID-19, a segunda edição do curso teve que se adaptar ao modelo remoto de aulas. Desta forma, as aulas ocorreram via plataforma googlemeet e o desenvolvimento de atividades assíncronas. Por ter sido ofertado em formato remoto, o curso atraiu uma grande quantidade de inscritos 186 provenientes das mais diferentes regiões do país. A quantidade de vagas, manteve-se em trinta (30), como na primeira edição. Dos 30 alunos aprovados, todos efetuaram a matrícula. Ao longo do curso, foram registradas apenas uma desistência. Dos vinte e nove (29) alunos que se mantiveram no curso até o final, apenas um (1) não defendeu o TCC, sendo reprovado no curso.

Nas duas edições, a turma foi constituída por profissionais com atuação consolidada no campo da gestão cultural e nos seus respectivos territórios. Com a oferta remota do curso na segunda edição, ampliou-se significativamente a diversidade de perfis e regionais dos estudantes. O processo de seleção possibilitou a formação de uma turma rica e diversa composta por sujeitos com trajetórias profissionais variadas, lideranças de grupos e coletivos culturais periféricos, como também de agentes e gestores com atuação consolidada no campo da gestão cultural e nos seus respectivos territórios, oriundos de diferentes municípios do Recôncavo, de Salvador, mas também de outros estados como Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo.

O perfil dos estudantes que conseguimos reunir (com expressiva trajetória profissional e acadêmica, alguns deles já possuindo formação em nível de mestrado), denota a demanda latente por formação continuada para os profissionais que atuam no setor cultural. A demanda por uma nova turma se expressa pelo significativo número de e-mails que recebemos rotineiramente, pelo interesse de alunos da UFRB e também pela necessidade de formação continuada sinalizada por profissionais que atuam no campo da cultura.

Com o êxito alcançado com os resultados da segunda turma e levando-se em consideração a os bons resultados atingidos no formato remoto que possibilitou a participação de estudantes de diferentes regiões do país e toda a riqueza acadêmica e profissional daí decorrente, decidiu-se pela oferta da terceira edição da Pós-graduação *Lato Sensu* Política e Gestão Cultural em formato de Educação à Distância. (EaD). A realização terceira edição da Pós-Graduação *Lato Sensu* Política e Gestão Cultural é estratégica para o Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/UFRB) e deverá inspirar a oferta do mestrado profissional na área de política e gestão cultural em um futuro breve.

Cabe destacar que a excelente repercussão do curso em escala nacional, resultou no interesse do Ministério da Cultura (MinC) em financiar a terceira edição do curso. Portanto, **a terceira edição será realizada em parceria com o MinC que financiará integralmente o curso, em formato EaD.**

Depois de o Brasil ter vivenciado um contexto político adverso para atuação no campo das políticas culturais, a volta do Ministério da Cultura aponta para um horizonte alvissareiro de retomada e consolidação de políticas culturais estruturantes implementadas nos últimos vinte anos. A oferta da Especialização em Política e Gestão Cultural se alinha às novas diretrizes do Ministério, que, por sua vez, tem demonstrado expressivo interesse em fortalecer as políticas de formação para os trabalhadores da cultura.

Vale destacar que alguns dos programas e políticas estruturantes contribuíram para a institucionalização das políticas culturais do país, cuja plena efetivação demanda a presença de profissionais solidamente formados, tanto em relação aos aspectos técnicos, como também com uma visão crítica, humanista e cidadã sobre o papel da cultura para a sociedade. O Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), por exemplo, trazem consigo uma crescente necessidade de avanço na formação. Nove das 53 metas do Plano Nacional de Cultura referem-se à formação¹ e, entre os nove elementos constituintes do SNC, estão os programas de formação na área da cultura. Como o SNC prevê, entre outras coisas, a existência nos estados e nos municípios de Secretarias, Conselhos e Fundos de Cultura, faz-se necessário pessoal preparado não somente para gerir estas instituições, mas também, e especialmente, para pensar, articular e pactuar as políticas de cultura. É necessário pontuar ainda que a territorialização e a democratização das políticas de cultura exigem a presença de cidadãos e cidadãos qualificados para a participação ativa neste processo.

Acrescente-se ainda a implementação da Lei Paulo Gustavo, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e o horizonte próximo de efetivação da PNAB nos próximos cinco anos nos coloca o desafio de desenvolver em todo o país a formação tanto de gestores públicos quanto dos agentes culturais comprometidas com processos emancipatórios, com a democracia participativa e com o direito cultural de grupos sociais historicamente subalternizados.

Na Bahia, a criação de uma Secretaria de Cultura (SECULT) em 2007, a aprovação da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei nº 12.365) em 2011 e o início da descentralização das políticas de cultura, vem exigindo uma melhoria na formação em cultura tanto em Salvador, quanto no interior do estado. O Art. 5º § XIX na citada lei aponta entre os objetivos da Política Estadual de Cultura “promover a formação e a qualificação de públicos, criadores, produtores, gestores e agentes culturais, considerando características e necessidades específicas de cada área”.

Diante deste contexto, a implantação do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Políticas e Gestão Cultural pode contribuir para suprir a lacuna na oferta de cursos para a formação e qualificação para o campo da organização da cultura do Estado da Bahia. Atualmente, não há registros de cursos similares em nível de Especialização na Bahia. Nesse sentido, a oferta da terceira edição do curso poderá consolidar o CECULT como uma importante referência na formação de profissionais no campo da gestão e das políticas culturais.

Ademais, há de se reconhecer a pertinência da proposição de um Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Políticas e Gestão Cultural uma vez que já possui uma Graduação Tecnológica em Política e Gestão Cultural e é uma das áreas de habilitação do Bicult. Nesse sentido, o egresso do CST em Política e Gestão Cultural e do Bicult terão a oportunidade de continuar seu ciclo formativo em nível de pós-graduação.

Cumprе ressaltar ainda que o projeto de pós-graduação propiciará o fortalecimento acadêmico do CECULT uma vez que seu corpo docente terá a possibilidade de atuar em ensino de pós-graduação, fortalecendo e consolidando a habilidade e a experiência em orientação de trabalhos de conclusão de curso – um dos requisitos da produção científica mais valorizados pelas agências de fomento. Ademais, há de se destacar ainda que a Pós-Graduação Lato Sensu contribuirá para o fortalecimento dos projetos de implantação da Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrados Acadêmico), em andamento, para submissão na Capes.

IV. Objetivos (geral e específicos)

¹ META 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas [...]; META 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura [...]; META 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.” Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/09/Relacao-metas-PNC-eixos-CNC-completo.pdf>>. Acesso em: mai. 2014.

Objetivo Geral

Formar e capacitar profissionais, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, para atuar no campo da organização da cultura de modo a habilitá-los para a prática profissional em setores que envolvam formulação, análise e execução de políticas culturais e a gestão de instituições, grupos e projetos culturais, nas esferas pública, privada e no terceiro setor.

Objetivos Específicos:

- Contribuir para suprir a lacuna de formação profissional na área da cultura;
- Contribuir para a profissionalização, e conseqüentemente, o fortalecimento do campo da cultura na região mediante a capacitação de seus principais atores sociais;
- Colaborar para a dinamização econômica, especialmente do Recôncavo Baiano, mas aberta a todas as regiões do Brasil, através do potencial de geração de emprego e renda;
- Tornar o CECULT referência na formação profissional na área de Políticas e Gestão da Cultura.

V. Organização e funcionamento acadêmico e administrativo do curso, detalhando-se a metodologia de ensino a distância e sistema de tutoria, se houver;

O modelo pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural, modalidade a distância, contempla uma estratégia didática em consonância com o modelo pedagógico digital UFRB, cujo fundamento se assenta em cinco pilares, isto é, 1) aprendizagem de natureza humanista, centrada no desenvolvimento de competências e promotora de multiletramentos; 2) aprendizagem construtivista, colaborativa e investigativa; sendo alicerçada em comunidades virtuais e no 3) princípio da flexibilidade, 4) princípio da interação, e 5) princípio da inclusão digital.

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural, modalidade a distância, será organizado e regido pelas normas da Pós-graduação *Lato Sensu* da UFRB, em especial a Resolução 014/2021 e terá cunho acadêmico com caráter a distância, via plataforma Manuel Querino, atendendo à exigência do Ministério da Cultura.

A integralização da carga horária do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural, modalidade a distância, se dará em **391h** de integralização curricular correspondentes a disciplinas e atividades curriculares obrigatórias que possuem como objetivo comum proporcionar a formação do discente no tocante ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas competências para atuar profissionalmente no campo da gestão e políticas culturais.

O discente cumprirá todas as disciplinas e as atividades curriculares listadas no primeiro, no segundo e no terceiro semestres. No quarto semestre o aluno se matriculará no componente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a fim de elaborar seu TCC sob a supervisão de seu orientador ou orientadora, cabendo aos docentes responsáveis pelo componente organizar a socialização das diversas pesquisas realizadas no período do curso.

Por exigência do Ministério da Cultura, o parceiro financiador do projeto, o curso se desenvolverá na Plataforma vinculada ao MINC, ambiente de aprendizagem virtual, no qual o Ministério vem desenvolvendo vários projetos de formação. Entretanto, cabe ressaltar que a metodologia proposta pelo curso está em total alinhamento à ao Modelo Pedagógico UFRB Virtual para cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância. Será fundamental ainda a parceria com órgãos oficiais internos da UFRB, notadamente a Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), por meio de um processo de gestão administrativa e dos diferentes recursos humanos inerentes ao projeto.

A abordagem metodológica EaD adotada, embora não exija a presença física concomitante do aluno e do professor, está baseada na presencialidade, isto é, presenças recuperadas por meio das linguagens orais e escritas que

humanizam as propostas curriculares e criam um clima de aprendizagem, conhecimento e comunicação entre os participantes do curso. A presencialidade da equipe polidocente possibilitará a minimização do distanciamento comunicacional e psíquico que amiúde se instaura nos AVA e resulta em um prejudicial isolamento pedagógico do estudante.

Assim, poderão ser desenvolvidas aulas em *videostreaming*, webconferência ou outra forma de transmissão, (gravadas ou ao vivo), a critério da coordenação do curso e das disponibilidades tecnológicas, devendo ocorrer o monitoramento remoto por assistentes, através do uso da plataforma Manuel Querino (MinC) de aprendizagem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Também estão previstos chats ou bate-papos, fóruns de discussão, gravação de podcasts e atividades de aprendizagem diversas no AVA, orientados para a revisão dos conteúdos e para a investigação, permitindo a interatividade entre estudante-docente e estudante-estudante, proporcionando a instauração paulatina de uma comunidade de investigação *online*.

A seguir, apresentamos os atores responsáveis pelo desenvolvimento do curso e que compõem a equipe polidocente.

Coordenador de curso:

Articulador do processo formativo e das gestões acadêmicas, administrativas. Ao coordenador caberá ainda o papel de catalisar a identidade do curso mediante o gerenciamento e planejamento de todas as ações didáticas que envolvem professores conteudistas, professores formadores, tutores a distância e de todas as pessoas e atividades envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos do curso.

Professor:

Responsável por planejar, elaborar e revisar o material do componente curricular sob sua responsabilidade, adequando-o à estrutura recomendada pela SEAD/UFRB. Ademais, trata-se do professor responsável pela coordenação das atividades acadêmico-pedagógicas de seu respectivo componente curricular e orientação dos tutores em suas atividades didáticas.

Professor tutor:

O curso contará com uma equipe tutorial, na proporção de 25 estudantes por tutor/tutora. A equipe tutorial será constituída por docentes capacitados no auxílio do processo de ensino e aprendizagem como tutor virtual (no AVA), utilizando os recursos tecnológicos disponibilizados para cada conteúdo, em consonância com as orientações pedagógicas oriundas do professor do componente curricular.

As atividades didáticas e pedagógicas serão realizadas a distância e presencialmente no CECULT, atendendo, assim, as determinações da legislação que norteiam a modalidade a distância, desenvolvendo-se a partir de uma estrutura curricular proposta no curso. Detalhamos tais atividades a seguir.

Atividades presenciais

Serão realizados 4 (quatro) encontros presenciais no Campus UFRB em Santo Amaro, sendo um a cada semestre letivo, encontros estes que contemplarão diferentes atividades pedagógicas e vivências no território, tais como: 1) atividades conduzidas pelas (os) docentes do módulo, podendo contar com convidados; 2) Interação com projetos do Centro/território; 3) Trabalhos apresentados pelas (os) discentes e 4) Participação em espaços, eventos e manifestações culturais. O 4º e último encontro presencial ocorrerá por ocasião da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Atividades a distância

Nas atividades *online* deverão ser implementadas metodologias ativas que possibilitem a ampla participação e reflexão dos estudantes. Assim, a estratégia de ensino contará com diferentes técnicas de ensino, tais como, aulas expositivas dialogadas (gravadas ou transmitidas por webconferência); discussão de estudos de casos nos fóruns *online*; apresentação de trabalhos individuais e em grupo, além de debates e seminários entre outras possibilidades didáticas inovadoras.

As atividades *online* realizadas no AVA e em outros cenários de aprendizagem, deverão utilizar ferramentas síncronas (em tempo real entre estudantes e professores) e assíncronas (conforme a disponibilidade dos participantes) oportunizadas pelas TDIC, possibilitando paulatinamente o desenvolvimento das comunidades de investigação, além das competências e objetivos preconizados para o componente curricular.

Como norteamento metodológico de ensino para as atividades *online*, compete ao docente promover continuamente a interação entre os participantes, valendo-se das potencialidades das TDIC disponibilizadas no AVA ou no ciberespaço, tais como webconferência, chat *online*, além de atividades assíncronas como fóruns de discussões, Wiki, tarefas (elaboração de textos, portfólios digitais), videoaulas, gamificação, questionário (com questões abertas e fechadas), leitura de referências bibliográficas entre outras possibilidades que o ciberespaço educativo proporciona.

Todas as atividades formativas desenvolvidas deverão contar com um plano de aprendizagem, apresentando em pormenores informações tais como, os prazos, objetivos e detalhamento da atividade; permitindo ao estudante ter uma visão clara do que lhe é solicitado, visando compatibilizá-las com a sua agenda profissional e pessoal.

Cabe ao docente a responsabilidade pelo design educacional do componente curricular, selecionando recursos e ferramentas, estratégias de ensino, gestão das atividades *online* e a divulgação das orientações e critérios avaliativos relativos às atividades de aprendizagem.

O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural, modalidade a distância, contará com um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), cuja estrutura possibilita que o estudante tenha acesso a dois níveis do ambiente de aprendizagem, a saber:

a) Ambiente Informacional do curso

Neste espaço do AVA serão disponibilizadas informações gerais sobre o curso, tais como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), calendário geral (cronograma dos componentes, recessos, orientações gerais). Trata-se de um espaço de interação coletiva do curso e deverá conter ferramentas para contato com a coordenação e com secretaria do curso para dirimir dúvidas (fórum geral), além de material de produção coletiva, tais como Glossários, Fórum de socialização entre os estudantes etc.

b) Ambiente do componente curricular

Neste espaço deverá ser disponibilizado todo o material para acesso dos alunos matriculados no componente curricular, contemplando-se um design educacional responsivo e didático. Deverá conter espaços para orientações gerais do componente (cronogramas, plano de ensino, material didático etc), além de espaços para as e-atividades subdivididas em períodos (semanal, quinzenal, mensal etc), contemplando-se os fóruns de discussão temática e fóruns de dúvidas, chat online, aula interativa ao vivo (webconferência), aulas gravadas, postagem de tarefas (textos diversos, portfólio digital etc), glossário e wiki entre outras possibilidades.

Nota sobre o material audiovisual

A estratégia pedagógica da educação a distância da UFRB preconiza que sejam elaborados materiais didáticos em mídia audiovisual para apoio às atividades pedagógicas (videoaulas e outros materiais de apoio à EaD). A proposta para os materiais audiovisuais consistem em videoaulas gravadas no estúdio da SEAD, referente aos componentes do curso, além de vídeos curtos com apresentação da UFRB, do CECULT, do curso e de cada componente .

Considerando a importância do material didático-pedagógico audiovisual, cada professor participante deve elaborar videoaulas sobre os temas principais de seu componente. A quantidade de videoaulas poderá variar de um componente para outro; todavia, recomenda-se no mínimo 1 (uma) videoaula gravada para cada crédito de 17h do curso. Para respeitar questões técnico-pedagógicas, as videoaulas seguirão os seguintes parâmetros:

- Tempo aproximado de 10 minutos por videoaula (entre 6 a 10 minutos);
- professor deve preparar uma apresentação multimídia (PowerPoint ou equivalente) e um *script* com sua fala para a gravação com o Teleprompter. A equipe técnica de audiovisual SEAD/UFRB fará a edição da videoaula, mesclando a fala do professor com a apresentação fornecida.

Ademais, visando a minimização do distanciamento transacional, a potencialização das interações e maior entrosamento entre os estudantes, optou-se por dividir a turma de 100 alunos em dois grupos de 50. Deste modo, cada grupo terá aulas síncronas quinzenais, resultando na realização de aulas semanais síncronas para o professor que irá ministrar os diferentes componentes. As aulas síncronas ocorrerão semanalmente, via webconferência, e terão duração de 2 horas. Portanto, é necessário que cada docente planeje, no seu Plano de Ensino, a realização webconferências síncronas semanais, além de utilizar os recursos disponíveis no AVA ou em outras plataformas *online* de acesso livre. Deve-se atentar para que as webconferências sejam gravadas e seus respectivos vídeos disponibilizados no AVA, especialmente em benefício daqueles estudantes que porventura não tenham possibilidade de participar do momento síncrono.

Os componentes de 51 horas terão 7 (sete) encontros síncronos de 2 horas, via webconferência, totalizando 14 horas, somados às 25 horas de atividades assíncronas. As demais horas serão preenchidas através das atividades pedagógicas desenvolvidas nos encontros presenciais em Santo Amaro, ao fim de cada semestre. Os encontros síncronos têm carga horária de 12 horas por semestre.

Os componentes de 34h terão 4 (quatro) encontros síncronos de 2 horas, via webconferência, totalizando 08 horas e mais 20 horas de atividades assíncronas. As demais horas serão preenchidas através das atividades pedagógicas desenvolvidas nos encontros presenciais que terão igualmente carga horária de 12 horas semestrais.

VI. Proposta de autoavaliação do curso, com definição de instrumentos e técnicas de coleta, estratégias de análise e periodicidade de aplicação;

O curso proporá a constituição de uma Comissão de Autoavaliação que aproxime os procedimentos metodológicos e filosóficos da UFRB em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para pós-graduação e os princípios que orientam a política de formação do Ministério da Cultura, nosso financiador. Nas tratativas para o financiamento do curso, o Ministério enfatizou seu interesse na presente proposta, acenando para expectativa de que o curso sirva como modelo de formação em nível de pós-graduação para agentes culturais a ser fomentado pelo órgão em suas ações futuras. Neste sentido, o processo de autoavaliação será uma ferramenta valiosa, pois possibilitará: a) fornecer elementos para avaliação interna do curso e para o posterior aperfeiçoamento de outras edições; b) servirá também como uma importante fonte para prestação de contas ao financiador e c) servirá, em última instância, como importante ferramenta de avaliação de uma política pública de cultura do país.

A Comissão de Autoavaliação, a ser instituída pelo Colegiado do programa, observará a complexidade dos desafios metodológicos, práticos e teóricos que envolvem o programa de pós-graduação *latu sensu* em formato EAD e terá como propósito:

- 1) Elaborar e implementar o Plano de autoavaliação do Programa em alinhamento ao PDI da UFRB.
- 2) - Formular os instrumentos de autoavaliação e os materiais de divulgação entre docentes e discentes.
- 3) - Aplicar os instrumentos de avaliação.
- 4) - Coletar, analisar e categorizar as informações produzidas pela própria autoavaliação.
- 5) - Produzir um relatório sistematizado com os resultados obtidos e com uma análise quali-quantitativa das fragilidades, potencialidade e desafios, propondo estratégias, metas e ações de melhoria do programa.

VII. Estrutura curricular, com a relação das disciplinas, seu caráter obrigatório ou opcional, carga horária, creditação, docente responsável, ementa e conteúdo programático aprovados pelas instâncias deliberativas dos Centros ou órgãos equivalentes da UFRB envolvidos, metodologia de ensino e critérios de avaliação, bibliografia básica/fontes de pesquisa.

Considerando-se a complexidade que a área das políticas e gestão cultural vem ganhando na contemporaneidade, a intenção deste curso de pós-graduação é proporcionar um rico conteúdo programático ao abordar as diversas temáticas que perpassam esse campo profissional.

1º SE ME ST RE (20 24. 2)	Componente Curricular	Crédito	Carga horária semanal	Carga horária Total	Natureza (Obrigatória/Optativa)
	Introdução ao EAD e usos da Plataforma	1	1	17	Obrigatória
	Políticas Culturais: trajetória e desafios contemporâneos	3	3	51	Obrigatória
	Gestão Cultural: do tecnicismo ao engajamento	3	3	51	Obrigatória
	SUB-TOTAL	7		119h	
2º SE ME ST RE (20 25. 1)	Relações e tensões entre cultura e desenvolvimento	2	2	34	Obrigatória
	Dimensão econômica da cultura: economia da cultura e economia criativa	2	2	34	Obrigatória
	Dimensão cidadã da cultura: direitos culturais e cidadania cultural	2	2	34	Obrigatória
	Dimensão interseccional da cultura: diversidade cultural e políticas afirmativas	2	2	34	Obrigatória
	SUB-TOTAL	8		136h	
3º SE ME ST RE (202 5.2)	Gestão pública, orçamento e Financiamento da Cultura	2	2	34	Obrigatória
	Fomento da Cultura e Pacto Federativo: desburocratização e mudanças de paradigma	2	2	34	Obrigatória

	Cultura em números: avaliação e Indicadores culturais	2	2	34	Obrigatória
	Metodologia de Pesquisa	2	2	34	
	SUB-TOTAL	8		136h	
4º SEM ESTRE (2026.1)	Elaboração de TCC				Obrigatória
	TOTAL			391h	

Quadro resumo da estrutura curricular:

Componentes Curriculares	Créditos	Carga horária (Horas)
Disciplinas obrigatórias	23	391
Atividade : Trabalho de Conclusão de Curso	Sem créditos	Sem carga horária
Total	23	391h

As ementas de cada componente curricular encontram-se anexadas a este documento.

XIII. Infraestrutura existente (indicação de instalações, equipamentos, recursos bibliográficos e apoio técnico e administrativo disponíveis, identificando o que será utilizado para a proposta de curso)

Como o curso será em modalidade à distância, o suporte da SEAD para preparação do material didático (gravação de vídeo-aulas) e toda sua expertise na implementação de cursos à distância será fundamental para o bom desenvolvimento do curso.

Os Encontros Presenciais ocorrerão no CECULT que, por sua vez, conta com uma infraestrutura suficiente para viabilizar a realização das aulas e das atividades no final de cada semestre. No CECULT, o curso disporá de 1 (uma) sala de professores, 1 (uma) sala para grupos de pesquisa e de estudos, 1 (um) laboratório de pesquisa e leitura, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) biblioteca, 1 (uma) sala para a secretaria, 3 (três) gabinetes para orientação individual, 1 (uma) sala para defesa, 1 (um) auditório. Todos os ambientes estão ligados à internet e contam com sistema de condicionamento de temperatura, acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção.

Quanto ao apoio técnico e administrativo, o curso contará com a atual estrutura do Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico do Cecult (NUGTEAC), composta por dois funcionários que atendem à pós-graduação, que oferecerá apoio às rotinas relacionadas à coordenação acadêmica e às atividades relacionadas ao colegiado.

XIV. Definição de tecnologias digitais de informação e comunicação a serem utilizadas, quando for o caso

Como se trata de um curso em formato EAD, as tecnologias digitais de informação e comunicação a serem empregadas serão o uso de uma plataforma através do uso da plataforma Manuel Querino (MinC) de aprendizagem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), buscando explorar o máximo possível os recursos que este ambiente possibilita, a saber: videoaulas, criação de podcasts, realização fóruns, trabalhos em grupo, entre outras. Ademais, os encontros síncronos serão viabilizados pelo uso de tecnologias a exemplo de *videostreaming* ou *webconferência*.

XV. Recursos financeiros (existentes e a serem obtidos, explicitando se existe participação das agências de fomento)

O curso contará com financiamento do Ministério da Cultura (Secretaria de Economia Criativa e Fomento à Cultura), no montante de R\$ 878.970,44 (oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos) destinados às atividades letivas.

XVI. Corpo técnico administrativo

Quanto ao apoio técnico e administrativo, o curso contará com a atual estrutura do Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico do Cecult (NUGTEAC), composta por seis funcionários, sendo um deles dedicado ao apoio às rotinas relacionadas à coordenação acadêmica e às atividades relacionadas ao colegiado. Haverá também o suporte do Núcleo de Gestão Técnico Específico (NUGTESP) do Cecult para a realização das atividades práticas previstas em determinados componentes. Atualmente, o NUGTESP conta com um técnico audiovisual, um museólogo e um diretor de programa.

XVII. Relação de professores com os respectivos links dos currículos atualizados na Plataforma Lattes

Componente	Professor	Titulação	Regime de trabalho
1. Dimensão econômica da cultura: economia da cultura e economia criativa	Daniele Canedo	Doutora	40H/DE
2. Dimensão interseccional da cultura: diversidade cultural e políticas afirmativas	Elga Lessa	Doutora	40H/DE
3. Introdução ao EAD e usos da Plataforma	Eniel do Espírito Santo	Doutor	40H/DE
4. Gestão Cultural: do tecnicismo ao engajamento	Giuliana Kauark	Doutora	40H/DE
5. Políticas Culturais: trajetória e desafios contemporâneos	Laura Bezerra	Doutora	40H/DE

6. Gestão pública, orçamento e Financiamento da Cultura	Luciano Simões	Doutor	40H/DE
7. Relações e tensões entre cultura e desenvolvimento	Mariella Pitombo	Doutora	40H/DE
8. Dimensão cidadã da cultura: direitos culturais e cidadania cultural	Michel Fernandes	Doutor	40H/DE
9. Metodologia de Pesquisa	Paula Félix	Doutora	40H/DE
10. Fomento da Cultura e Pacto Federativo: desburocratização e mudanças de paradigma	Giuliana Kauark	Doutora	40H/DE
11. Cultura em números: avaliação e Indicadores culturais	Daniele Canedo	Doutora	40H/DE

Daniele Canedo (CECULT/ UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/5747590488687668>

Eniel do Espírito Santo (CECULT/UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/6413416664003950>

Elga Lessa (CECULT/UFRB)- <http://lattes.cnpq.br/8748413531467157>

Giuliana Kauark (CECULT/UFB) - <http://lattes.cnpq.br/6107411380024854>

Laura Bezerra (CECULT/UFRB) - CV: <http://lattes.cnpq.br/2355573715849277>

Luciano Simões (CECULT/UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/7133446916431587>

Mariella Pitombo (CECULT/UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/5018414722589738>

Michel Fernandes (CECULT/UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/2937803772904830>

Paula Félix (CECULT/UFRB) - <http://lattes.cnpq.br/7312655910916760>

XVIII. Anuência dos Centros quanto à participação de seu pessoal no curso e a declaração de cada docente comprometendo-se a preparar o material didático e ministrar a disciplina.

Não se aplica

**XIX. Regimento interno do curso
(Em anexo)**

ANEXO

EMENTÁRIO

Nome e código do componente curricular: Introdução ao EAD e usos da Plataforma	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 1
		T 17	P	Est	T1 17	
Responsáveis: Eniel do Espírito Santo (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: Modalidade de Educação a distância: histórico, características, definições, regulamentações. A Educação a Distância no Brasil. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. Práticas com ambientes virtuais de Ensino-aprendizagem.</p> <p>Bibliografia Básica: BELLONI, M. L. Educação a distância. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2009. VALENTE, José Armando. Educação a distância – Prática e formação do profissional reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar: DESCHÊNES, A. J. et al. Construtivismo e formação a distância. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 140, p. 3-10, jan./mar., 1998. HACK, J. R.. Educação a distância (EAD) no Brasil: experiências e desafios. Revista Roteiro, Joaçaba, v. 24, n. 44, p. 7-26, jul./dez. 2000. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, SP: Papirus, 2003.</p>						
Nome e código do componente curricular: Políticas Culturais: trajetória e desafios contemporâneos	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 3
		T 51	P	Est	T1 51	
Responsáveis: Laura Bezerra (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				

Ementa:

O lugar da cultura na gestão pública. Conceitos e instrumentos de políticas culturais. Análises históricas das políticas culturais nos âmbitos nacional, estadual e municipal.. Programas federais, estaduais e municipais de fomento à cultura no Brasil. Democracia e instrumentos de participação social. Conselhos de cultura no Brasil: histórico, tipologia, desafios e possibilidades. Marcos regulatórios da participação social na cultura. O Sistema Nacional de Cultura.

Bibliografia Básica:

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre o Estado e a Cultura no Brasil**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1998

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; Barbalho, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **Revistas São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15,n.2, 2001. Disponível em : <http://www.scielo.br>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília, DF: MP, 2012.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.) **Teorias e políticas da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2007.

RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes e RUBIM, Iuri (Orgs.) **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Frederico Barbosa da. **Notas sobre o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ipea, 2005.

SILVA, Frederico Barbosa; FILHO, Roberto Freitas: **Financiamento cultural: uma visão de princípios**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

Nome e código do componente curricular: Gestão Cultural: do tecnicismo ao engajamento	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos
		T 51	P 0	Est 0	TI 51	3
Responsáveis: Giuliana Kauark						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
Ementa: Introdução aos conceitos de gestão. Modelos, ferramentas e estratégias de gestão. Gestão e empreendedorismo no campo da cultura. A produção cultural. Os desafios e as estratégias inovadoras da gestão de setores culturais específicos. Gestão das artes. Captação de recursos, redes colaborativas e inovação. A gestão de organizações culturais públicas, privadas e do terceiro setor: estudos de caso. Gestão de espaços e equipamentos culturais.						
Bibliografia Básica: <p>AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.</p> <p>CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Teoria e prática da gestão cultural. Fortaleza: UNIFOR, 2002.</p> <p>FREITAS, Elisabeth Ponte. Por uma cultura pública: Organizações Sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal na área da cultura. São Paulo. Itáu Cultural: Iluminuras, 2012.</p> Bibliografia complementar: <p>CALABRE, Lia. (Org.). Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itáu Cultural, 2010.</p> <p>GADELHA, Raquel. Produção Cultural - Conformações, Configurações e Paradoxos. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.</p> <p>BRANT, Leonardo. Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para a gestão e a captação de recursos. São Paulo: Instituto Pensarte, 2004.</p> <p>REIS, Ana Carla F. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p>						

Nome e código do componente curricular: Relações e tensões entre cultura e desenvolvimento	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Mariella Pitombo Vieira (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: s conceitos de cultura e desenvolvimento. A relação entre cultura e desenvolvimento. Perspectivas críticas da noção de desenvolvimento. cultura como recurso: a agenda da diversidade cultural e da economia criativa. As agendas da diversidade cultura e da economia criativa nas políticas culturais brasileiras.</p>						
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p> <p>KOTHARI, Ashish et al (2021). Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021. Pereira</p> <p>PITOMBO, M. Cultura e desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais, Revista Antropológicas Ano 20, 27(2):215-239, 2016</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2007.</p> <p>SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. Organizações & Sociedade, v.12, n.33, p. 151-165, abr./jun. 2005.</p> <p>SARR, Felwine. Afrotopia. São Paulo: n-1 edições, 2019.</p> <p>YÚDICE, George. A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.</p>						

Nome e código do componente curricular: Dimensão econômica da cultura: economia da cultura e economia criativa	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Daniele Canedo (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: A cultura como campo econômico. Indústrias culturais, economia da cultura, indústrias criativas e economia criativa: histórico e conceitos. Globalização, diversidade cultural e economia da cultura. Setores funcionais da economia da cultura. Políticas culturais e economia da cultura. Economia, cultura e propriedade intelectual.</p>						
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BENHAMOU, Françoise. A economia da cultura. São Paulo: Atelie Editorial, 2007. 200p.</p> <p>FLEW, Terry. Creative industries: culture and policy. Australia: Sage, 2012, 248f.</p> <p>STARLING, Mônica Barros de Lima et al. (Org.). Economia criativa: um conceito em discussão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>FLORIDA, Richard. A Ascensão da Classe Criativa – e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade do cotidiano. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.</p> <p>LANDRY, Charles. The Creative City. Londres: Earthscan/Comedia, 2001.</p> <p>TOLILA, Paul. Cultura e economia: problemas, hipóteses e pistas. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007.</p>						

Nome e código do componente curricular: Dimensão cidadã da cultura: direitos culturais e cidadania cultural	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Michel Fernandes (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa:</p> <p>A evolução da cultura como direito. Promoção da democracia, reconhecimento e proteção dos direitos culturais no Brasil. Sistemas e arquiteturas internacionais de proteção aos direitos culturais. Proteção legal do patrimônio material e imaterial no Brasil. Direito Administrativo e a gestão de bens culturais. Cultura, pacto federativo e orçamento no Brasil. Direitos autorais e propriedade intelectual.</p>						
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 1997.</p> <p>FILHO, Francisco Humberto Cunha. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, 2008.</p> <p>SOARES, Inês Virginia Prado (org.); CUREAU, Sandra (org.). Bens culturais e direitos humanos. São Paulo: Editora SESC-SP, 2016.</p> <p>VILLARES, Fábio. (Org.). Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p>						

Nome e código do componente curricular: Dimensão interseccional da cultura: diversidade cultural e políticas afirmativas	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Elga Lessa (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
Ementa: Teorias, políticas e práticas culturais, das diversidades. Relações étnico-raciais. Dimensão racial e de gênero na construção das identidades. Territorialidade e identidade. Questões raciais e de gênero nas políticas culturais no Brasil. Políticas afirmativas no Brasil						
Bibliografia Básica: ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar A. Histórias do movimento negro no Brasil . Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro : FGV/Pallas, 2007. BENTO, Cida. O pacto da branquitude . Companhia das Letras, 2022. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil . Identidade Nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas raciais . Editora Jandaíra, 2022.						
Bibliografia Adicional: Maria N. S. (org.) Brasil afro-brasileiro . Belo Horizonte: Autêntica, 2000. LOPES, Nei. Bantos, Males e Identidade Negra . Editora Autêntica, 2007 LOPES, Nei. Partido Alto. Samba de Bambas . Editora Pallas, 2005. PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. Revista Usp , n. 46, p. 52-65, 2000.						

Nome e código do componente curricular: Gestão pública, orçamento e Financiamento da Cultura	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Luciano Simões (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: Finanças e orçamento público. O orçamento público para a cultura. Fontes de financiamento da cultura: Estado, iniciativa privada, mercado. As leis de incentivo à cultura. Isenção fiscal, fundos de cultura, editais, linhas de crédito. Programas federais, estaduais e municipais de fomento à cultura no Brasil. Fundos internacionais. Captação de recursos, redes colaborativas e inovação. Elaborando um plano de captação. Execução orçamentária e prestação de contas.</p>						
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). Modelos de financiamento da cultura: os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.</p> <p>DÓRIA, Carlos Alberto. Os federais da cultura. São Paulo: Biruta, 2003.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. O financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Thomson, 2006.</p>						
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARBOSA, Frederico; FILHO, Roberto Freitas: Financiamento cultural: uma visão de princípios. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.</p> <p>CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à cultura. 2ª. ed (revisada e ampliada). São Paulo: Manole, 2007.</p> <p>MACHADO NETO, Manoel Marcondes. Marketing cultural - das práticas à teoria. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.</p> <p>REIS, Ana Carla F. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p>						

Nome e código do componente curricular: Fomento da Cultura e Pacto Federativo: desburocratização e mudanças de paradigma	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Giuliana Kauark (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: Analisar a interseção entre direitos culturais, democracia cultural e fomento da cultura na desburocratização das políticas de fomento direto da cultura. Estudar a correlação entre Sistema Nacional de Cultura e federalismo, considerando os desafios na coordenação e implementação de políticas culturais envolvendo diferentes entes federativos e esferas governamentais. Compreender as inovações e implicações das estratégias de simplificação e desburocratização das políticas de fomento da cultura. Estudar, mais especificamente, o impacto do pacto federativo e da desburocratização do fomento nas políticas culturais de âmbito municipal.</p>						
<p>Bibliografia Básica: Bibliografia</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direto à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto (org.). Direitos culturais: múltiplas perspectivas. Fortaleza: EdUECE, 2018.</p> <p>CUNHA FILHO, Francisco Humberto; LINS, Mateus Rodrigues; AGUIAR, Marcus Pinto (org.). Direitos culturais: múltiplas perspectivas: impactos da pandemia. Fortaleza: EdUECE, 2021.</p> <p>DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais. Gestão de Parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. [publicação digital]. Brasília, DF, 2018.</p> <p>Bibliografia básica: METTENHEIM, Sofia. É de tal? Para Democratizar o Fomento à Cultura: Possibilidades e Desafios a partir dos Editais Municipais das Capitais Brasileiras (2013-2018). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, IHAC, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023.</p> <p>NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>RABELO, Cecília. Legislação de fomento à cultura: quando a norma não alcança a realidade. Revista Consultor Jurídico, 20 jun. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/rabelo-fomento-cultura-desafios-praticos-quando-norma-nao-alcanca-realidade . Acesso em: 06 ago. 22.</p>						

RABELO, Cecília. **Desburocratização das políticas culturais como instrumento democrático**. Revista Consultor Jurídico, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-11/cecilia-rabelo-desburocratacao-politicas-culturais2> . Acesso em: 22 nov. 22.

RABELO, Cecília. **Marco regulatório do fomento à cultura e as organizações sociais**. Revista Consultor Jurídico, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-nov-21/cecilia-rabelo-marco-regulatorio-fomento-cultura> . Acesso em: 22 nov. 22.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Da Imaginação à Constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016**. Tese. 2018. IHAC/UFBA, Salvador, 2018

Nome e código do componente curricular: Cultura em números: avaliação e Indicadores culturais	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	Tl 34	
Responsáveis: Daniele Canedo (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: Informações e indicadores como ferramentas da gestão pública da cultura. A importância da avaliação de políticas públicas. Modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Construção de indicadores. O desafio da construção das contas-satélites para a cultura. Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais.</p>						
<p>Bibliografia Básica: IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 17, 2009. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. Brasília, DF: MP, 2012. SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (org). Indicador de desenvolvimento da economia da cultura. Brasília/DF: Ipea, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar: BARBOSA DA SILVA, F.A., MEDIDAS E DESMEDIDAS DA AÇÃO PÚBLICA: A AVALIAÇÃO E O USO DE INDICADORES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, BRASÍLIA, 2013 (MATERIAL DIDÁTICO). FUKUDA-PARR, S. En busca de indicadores de cultura y desarrollo: avances y propuestas. In: Informe mundial sobre la cultura 2000. São Paulo: Moderna; Paris: Unesco, 2004. IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.</p>						

Nome e código do componente curricular: Metodologia da Pesquisa	Centro: CECULT	Carga Horária				Créditos 2
		T 34	P 0	Est 0	TI 34	
Responsáveis: Paula Félix (CECULT/UFRB)						
Modalidade: Componente curricular	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 100				
<p>Ementa: Elaboração de Projeto de pesquisa. Artigo científico. Normalização da ABNT. Elaboração de projetos culturais. Modelos de análise de políticas culturais. Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso. Estruturação de trabalho final a partir das abordagens teóricas e práticas tratadas ao longo do curso</p>						
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). Modelos de financiamento da cultura: os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.</p> <p>DÓRIA, Carlos Alberto. Os federais da cultura. São Paulo: Biruta, 2003.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. O financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Thomson, 2006.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARBOSA, Frederico; FILHO, Roberto Freitas: Financiamento cultural: uma visão de princípios. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.</p> <p>CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à cultura. 2ª. ed (revisada e ampliada). São Paulo: Manole, 2007.</p> <p>MACHADO NETO, Manoel Marcondes. Marketing cultural - das práticas à teoria. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.</p> <p>REIS, Ana Carla F. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p>						

ATIVIDADE: Trabalho de Conclusão de Curso	Centro: CECULT	Carga Horário				Créditos 00
		T 00	P 00	Est	TI 00	
Modalidade: Atividade	Função: Básica	Natureza: Obrigatória				
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 00				
Ementa: Sem ementa						